

“Espaço para mudar o câmbio”

por Sandra Gomide
de São Paulo

Antes mesmo da implantação do Plano Real, há quase dois anos, já existia um consenso entre os economistas sobre a necessidade das futuras reformas fiscal, tributária e administrativa para reequilibrar os gastos públicos. As opiniões não mudaram desde então, mas aos poucos começam a surgir nos debates econômicos posições mais flexíveis, que encaram as mudanças estruturais como um processo que pode demorar até 24 meses para atingir seu objetivo.

O ex-ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto acredita que a economia brasileira não necessita, neste momento, de uma fórmula de equilíbrio instantâneo das contas públicas, apesar de as recentes estatísticas sobre emprego, nível de atividade e insolvências ilustrarem muito bem os problemas dos setores público e privado. “Vejo na economia hoje uma enorme dificuldade resultante da armadilha imposta pe-



Antônio Delfim Netto

la política de apreciação cambial”, disse Delfim Netto, durante o último dia da Conferência Internacional “Globalização. O que é e suas implicações”, promovida pela Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP).

O principal limite de prazo para as reformas estaria na agenda política nacional, segundo o economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Harvard e presidente do Harvard Institute for International Development. Sachs considera fundamental para a retomada do crescimento econômico brasileiro a realização das reformas, mas não

acredita que mudanças tão profundas sejam possíveis em ano eleitoral. “Há muita coisa a fazer e acho difícil iniciar esse processo agora”, afirmou. Para Sachs, o governo deveria ter implementado as reformas nos primeiros seis meses de governo, como fizeram outros países que queriam mudanças drásticas em seu rumo econômico.

Também não existem dúvidas en-

tre os principais economistas brasileiros e estrangeiros de que o Produto Interno Bruto (PIB) poderia crescer pelo menos 2 pontos percentuais acima da taxa prevista (2,5 a 3% para este ano) se o governo flexibilizasse as taxas de juro e o câmbio. “É até mais fácil fazer as reformas em uma economia mais aquecida do que a atual”, disse Sachs. “Há espaço para mexer no câmbio sem gerar inflação”, acrescentou o ex-ministro Delfim Netto.

O Estado de São Paulo gasta quase a totalidade da receita mensal do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a folha de pagamentos e não consegue reduzir as despesas porque encontra obstáculos legais para a demissão do funcionalismo. O secretário da Fazenda paulista, Yoshiaki Nakano, contou que o estado tentou reduzir ao máximo os gastos com manutenção e custeio, mas sem a reforma administrativa essa alternativa de enxugamento encontrou muito cedo seus limites.

“As reformas são necessárias e desejáveis, mas é um equívoco muito grande acreditar que sem elas haveria o caos. Essa afirmação, com certeza, carrega um pouco de exagero”, disse o ministro da Administração e Reforma do estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. ■